



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2019
(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a convocação do Ministro das Relações Exteriores para prestar esclarecimentos sobre a decisão da pasta de classificar como sigilosos documentos que tratam da posição do Brasil sobre “igualdade de gênero” no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU).

Senhora Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, §1º, do Regimento Interno, que seja automaticamente convocado o **Sr. ERNESTO HENRIQUE FRAGA ARAÚJO**, Ministro de Estado das Relações Exteriores, a fim de prestar os devidos esclarecimentos sobre a recente decisão da pasta de classificar como sigilosos documentos que tratam da posição do Brasil sobre “igualdade de gênero” no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), dentre outros temas correlatos.

JUSTIFICAÇÃO

O governo brasileiro censurou o acesso a documentos que explicam as razões pelas quais o Brasil rejeitou os termos “igualdade de gênero” ou “educação sexual” em resoluções e textos oficiais na Organização das Nações Unidas – ONU, utilizando-se de frágeis argumentos segundo os quais a divulgação de informações nesse sentido comprometeria “a segurança nacional e a posição do Brasil em âmbito mundial”.

Conforme a decisão da pasta, informações oficiais sobre esse tema devem ficar ocultas do conhecimento público por 5 anos. A mesma regra foi estabelecida para assuntos que tratam da “educação sexual”. O país passou a rejeitar esses dois termos nas atividades internacionais, mas devido à restrição de acesso aos dados, não é possível saber o que motivou o ato do Executivo.

Em 27 de junho de 2019, em ato inédito na história de sua diplomacia, o Brasil abriu um debate para vetar qualquer referência ao termo “gênero” em



CÂMARA DOS DEPUTADOS

resoluções da ONU. Com isso, o Itamaraty bateu de frente com os países europeus que insistiram que não iriam retirar o termo “gênero” dos textos.

Um dia antes, 26 de junho, o Brasil se absteve na votação de trechos de uma resolução da ONU que falava da necessidade de garantir “saúde sexual e reprodutiva” a pessoas afetadas por crises humanitárias. Porém a iniciativa, encabeçada pelo governo norte-americano, de derrubar a proposta, não teve sucesso.

Segundo informações, a negativa do governo em repassar as alegações utilizadas para rejeitar esses termos no âmbito das Nações Unidas ocorreu após organizações não governamentais (ONGs) solicitarem detalhes sobre esses temas por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI).

Em documento apresentado ao Conselho de Direitos Humanos da ONU como requisito para disputar uma vaga no grupo, o Executivo fez uma abordagem sobre sua política de proteção a direitos básicos e fundamentais e sobre sua visão com relação a temas sensíveis e humanitários. No documento, entretanto, o governo federal retirou referências relacionadas à proteção de grupos da comunidade LGBTQI+ e políticas de gênero.

Face ao exposto, faz-se necessário o comparecimento do ministro Ernesto Araújo perante esta Comissão a fim de prestar os devidos esclarecimentos sobre os fatos em comento, iniciativa para a qual solicitamos o apoio dos nobres Pares.

Sala da Comissão, em ____ de _____ de 2019.

Dep. **ERIKA KOKAY – PT/DF**